

TÍTULO: TRANSEXUALIDADE E O DIREITO FUNDAMENTAL À IDENTIDADE: QUESTÕES JURÍDICAS CONTROVERTIDAS.

Instituição: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Área temática: Ciências Sociais Aplicadas

NOME DOS AUTORES:

MACEDO, Gabriel Oliveira¹ (gabrielomacedoo@gmail.com);

BATISTA, Cláudia Karina Ladeia² (claudiabatistaadv@hotmail.com).

RESUMO:

A presente pesquisa objetivou o estudo dos direitos fundamentais de indivíduos transexuais e a identificação de lacunas e contradições no ordenamento jurídico que impedem a efetiva concretização de tais direitos. Buscou-se expor que a insuficiência da legislação leva, por vezes, à iminente violação dos direitos à intimidade, à honra, à vida privada, à liberdade e, principalmente, à dignidade humana de pessoas transexuais no Brasil. Foi possível observar a extensa e complexa trajetória da conquista de direitos por pessoas transexuais e a ainda crescente e assustadora violação de direitos, ora consequência da polarização política, ora da ausência de tratamento jurídico adequado, numa sociedade contemporânea e complexa. Sendo assim, diante de uma sociedade que evolui constantemente, o direito tem a função de harmonizar o princípio da dignidade da pessoa humana, a garantia dos direitos fundamentais, a tutela dos direitos da personalidade, assim como dos direitos humanos, promovendo melhoria na proteção de direitos inerentes ao indivíduo, como em relação à retificação do Registro Civil de pessoas transexuais. Observou-se que as lacunas existentes no Ordenamento Jurídico, acabam interferindo na defesa dos direitos e garantias fundamentais de tal grupo. Desse modo, ante a ausência de um programa normativo que efetivamente contemple a concretização de direitos, casos individuais são submetidos à decisões judiciais, cujas interpretações jurídicas acabam muitas vezes decidindo o destino de grupos minoritários por emprego de analogia e na interpretação de outros meios legais para exercitar a tutela de suas garantias conquistadas com esforços e teor histórico. A presente pesquisa utilizou como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica documental, levantando textos teóricos sobre a temática pesquisada, para assim extrair os conteúdos necessários ao desenvolvimento do tema proposto. De tal forma, para atingir o objetivo final, foi empregado o método dedutivo-intuitivo: com a finalidade de analisar a legislação nacional, identificando as lacunas existentes e, conseqüentemente, as formas de atuação dos Tribunais pátrios de preservar o direito à identidade e à imagem, bem como assegurar a igualdade, para construir um teto final crítico e resultante dessas obras. Analisando historicamente, a insuficiência de normas sólidas no tratamento das pessoas transexuais é uma das maiores violações ao princípio da dignidade da pessoa humana e, conseqüentemente, ao direito fundamental à identidade. O presente estudo, portanto, traz a importância de compreender que, sendo o direito uma ciência dinâmica, as mudanças sociais exigem e impulsionam a regulação na seara legislativa, judicial e administrativa.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Fundamental à identidade, Dignidade humana, Lacunas no ordenamento Jurídico.

AGRADECIMENTOS: Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de iniciação científica.